

- Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para os requerer, podem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário em sepultura comum, assegurando-se a sua identificação, até à posterior inumação ou cremação individual definitiva;
- As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela CMS, de acordo com os meios disponíveis;
- O apoio psicológico aos familiares das vítimas será diligenciado pela Autoridade de Saúde Concelhia.

Parte IV - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Secção I

1. Mecanismos da estrutura de protecção civil

1.1. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

- a. Integram a CMPC:
- O PCMS, que preside;
 - O comandante operacional municipal (COM);
 - Um elemento de cada uma das forças de segurança presentes no município;
 - Autoridade de Saúde do Concelho de Sintra;
 - Directores Executivos dos Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES VIII Sintra Mafra, ACES IX Algueirão Rio de Mouro e ACES X Cacém Queluz);
 - Director do Hospital Amadora Sintra;
 - Um representante dos serviços de segurança social e solidariedade;
 - Os representantes de outras entidades e serviços implantados no município, cujas actividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes, as características da região e as tarefas a desenvolver, contribuir

para as acções de protecção civil, designadamente o Coordenador do SMPC, administrador da DIGAL S.A., representantes dos Corpos de Bombeiros Voluntários (CBV) existentes no município, representante do Regimento de Comandos da Carregueira, representante do Regimento de Artilharia Anti-Aérea Nº 1 de Queluz, representante da Base Aérea Nº 1, administradores das empresas municipais SMAS e HPEM, chefes de departamentos da CMS cujo apoio às operações é essencial.

b. Entre outras atribuições a CMPC é responsável por:

- Determinar o accionamento e acompanhar a execução do PEED;
- Prestar o apoio operacional e técnico específico solicitado no quadro das operações e acções de resposta em curso;
- Através das entidades que a compõem, mobilizar os recursos humanos, materiais e equipamento necessários à condução das operações;
- Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC accionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das acções de protecção civil;
- Preparar e assegurar a difusão dos comunicados e avisos às populações, entidades, instituições, empresas, incluindo aos órgãos de comunicação social;
- Assegurar, ao nível municipal, a coordenação institucional das organizações integrantes dos Planos de Emergência, através dos seus representantes, na prossecução das missões que lhe estão atribuídas no âmbito das operações de protecção civil;
- Assegurar, ao nível municipal, a recolha e a articulação da informação necessária à componente operacional.

c. Organização da CMPC

A CMPC em termos de coordenação institucional, adopta uma organização, em células, análoga à do Centro de Coordenação Operacional Distrital, adaptada à realidade do município.

Assim, a CMPC organiza-se em cinco células distintas, cada uma coordenada por um elemento designado pelo Presidente da Câmara Municipal:

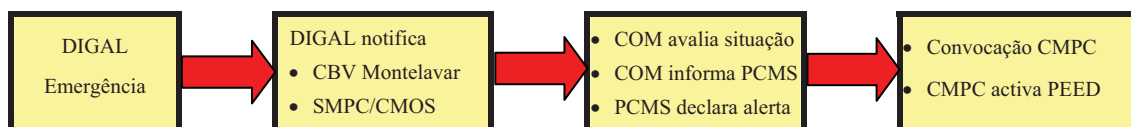
- Célula de Direcção - É responsável por garantir a direcção global das operações;
- Célula Logística de Apoio às Operações (CELAOP) - É responsável por garantir o apoio logístico de nível municipal necessário às operações;
- Célula de Resposta Técnica (CERT) - É responsável pela prestação de resposta, nomeadamente ao nível de análise e avaliação de danos, busca e salvamento, apoio médico e psicológico, saúde pública, movimentação das populações, manutenção da lei e da ordem, apoio social, avaliação de estruturas, controlo de matérias perigosas, mortuária, redes, transportes e gestão de recursos;
- Célula de Assessoria Técnica e Financeira (CATF) - É responsável por garantir a prestação de apoio ao nível jurídico e da gestão administrativa e financeira, nomeadamente no que respeita aos procedimentos inerentes às eventuais declarações de situações de calamidade, contingência ou alerta ou a necessidades de aquisições e pagamentos extraordinários;
- Célula de Gestão de Informação de Emergência (CEGIE) - É responsável pela centralização de toda a relação com os órgãos de comunicação social e por coordenar a prestação de informação à população.

d. Localização principal e alternativa da CMPC

O local principal de reunião da CMPC situa-se no edifício contíguo ao SMPC, Divisão de Higiene e Saúde Ocupacional (DHSO), Av. Dr. Álvaro Vasconcelos, n.º 45, 2710-421 Sintra. Em caso de neutralização/inoperatividade do PCMun, a CMPC instala-se no CBV de S. Pedro de Sintra, no Ramalhão, onde passa a funcionar.

1.2. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DA ALERTA

O PCMS pode declarar a situação de alerta quando, face à ocorrência de incidente ou iminência de acidente grave ou catástrofe no parque de armazenagem de GPL da DIGAL, é reconhecida a urgente necessidade de adoptar medidas preventivas e especiais de intervenção.



Para além das medidas especialmente determinadas pela natureza da ocorrência, a declaração de situação de alerta dispõe, expressamente:

- A obrigatoriedade de convocação da CMPC;
- O estabelecimento dos procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de protecção civil, bem como dos recursos a utilizar;
- O estabelecimento das orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança;
- A adopção de medidas preventivas adequadas à ocorrência.

Assim, quando se verificar uma ocorrência na DIGAL, o COM ouvido o COS, pode propor ao PCMS a declaração da situação de alerta, sendo que a activação do PEED é determinada pela CMPC entretanto convocada.

Atenta a especificidade da ocorrência, a CMPC poderá reunir com a presença de apenas um terço dos seus elementos, sendo a declaração de activação do PEED sancionada, assim que for possível, pelo plenário.

1.3. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO

As instalações do Parque de Armazenamento de GPL da DIGAL dispõem de meios de detecção, aviso, alerta e intervenção.

O estabelecimento possui vários sistemas de protecção, mais focados na instalação de maior risco, a instalação de armazenagem de GPL Propano:

- Possui salvaguardas tecnológicas de segurança intrínseca, que em caso de avaria de equipamento ou defeito de comando, a instalação é bloqueada;
- Dispõe de redundâncias na operação. Em caso de falha de um seccionamento é possível actuar o alternativo;
- O sistema informático de operação do comando da instalação garante o diagnóstico e encravamento eléctrico e mecânico necessário à correcta operação, mitigando o eventual erro humano.

a. Meios instalados e disponíveis:

(1) Protecção passiva

- Sistema de gestão (PLC – Programmable Logic Controller) pré-definido, obrigando a diagnóstico sistemático, onde são validados vários parâmetros (sequência, pressão, temperatura, posição de manobra, presença de ar comprimido, etc) na instalação de armazenagem de GPL Propano;
- Sistema de protecção para complemento da presença humana, tipo “homem morto”;
- Sistema de validação das condições de funcionamento da central de bombagem;
- Corrente de socorro: UPS (uninterruptible power supply);
- Corrente de socorro: grupo gerador de emergência para operação com 75 kVA;
- Circuito interno fechado de TV, CCTV, (4 câmaras) com controlo na Portaria e na zona de Controlo da Armazenagem de GPL Propano, por 2 vigilantes permanentes;

- Controlo informático de acessos, que garante o inventário de pessoas na instalação em tempo real;
- Sistema automático de sprinklers, dedicado à instalação de armazenagem de GPL Propano.

(2) Detecção e alarme

- Botoneiras de emergência que promovem alarme acústico, audível no perímetro e na vizinhança da instalação, paragem de operação, posição de repouso/segurança e que actuam o sistema de dilúvio de água;
- Botoneiras de cancelamento da operação;
- Detectores de presença de gás na instalação de armazenagem de GPL Propano;
- Sistema acústico, intermitente, de aviso de emergência (alarme sonoro);
- Indicadores de pressão e temperatura, de leitura digital, com interpretação e emissão de alarmes operacionais e em redundância e de leitura manual (Armazenagem GPL Propano).

(3) Actuação do sistema de alarme

A actuação do sistema de alarme é baseada em 2 critérios:

- (a) Operacional: actua no âmbito da operação da instalação de armazenagem de GPL Propano, sendo a consequência o cancelamento (e bloqueio em segurança) ou a não permissão da eventual operação de carga, descarga ou trasfega de produto, avisando de 3 modos:
- Alarme acústico, tipo besouro, audível no parque de armazenagem, no armazém e na portaria;
 - Alarme luminoso visível no parque de armazenagem de GPL Propano;

- Mensagem alfanumérica no ecrã do PLC situado junto à instalação de armazenagem de GPL Propano, com registo em papel.
- (b) Emergência: actua por accionamento de uma das botoneiras de emergência, ou automaticamente, por informação (ou falta de sinal) de um detector de presença de chama. O objectivo é cancelar a eventual operação, dar o alarme e actuar o sistema automático de extinção de incêndios. A intervenção inclui:
- Alarme acústico, intermitente, tipo sirene, audível no perímetro e na vizinhança da instalação;
 - Cancelamento da operação;
 - Actuação do sistema de dilúvio de água;
 - Actuação da central de bombagem de água.

Assim, todas as ocorrências necessitam de intervenção humana, ao nível da comunicação e decisão, para desencadear os Planos de Evacuação e Actuação da DIGAL. Exceptua-se o incêndio na instalação de armazenagem de GPL Propano, em que o alarme é despoletado automaticamente por acção dos detectores de chama.

b. Situações em que o SMPC é alertado

O SMPC é sempre alertado nas seguintes situações:

- Incidentes cuja evolução provável seja a de um cenário de um acidente difícil de controlar pelas equipas internas;
- Incidentes que envolvam equipamentos relacionados com fontes de perigo de acidentes graves, libertações de gases ou vapores tóxicos ou inflamáveis;
- Acidente grave com substâncias perigosas;
- Sempre que qualquer ocorrência possa colocar em risco as imediações do estabelecimento.

c. Meios de Alerta ao SMPC em caso de acidente

Os meios de comunicação usados são os mencionados em III.3.a (7).

d. Identificação da pessoa responsável pelo Alerta ao SMPC

(1) Principal

Nome: Rute Sofia Martins Cosme dos Santos

Contacto: Telemóvel – 913 681 933

Telefone Fixo – 219 243 743

FAX – 219 243 751

Correio electrónico – rute.santos@digal.pt

(2) Substitutos:

Nome: José Alberto Bernardo de Sousa

Contactos: Telemóvel – 917 321 209

Telefone Fixo – 219 243 743

FAX – 219 243 751

Correio electrónico – bernardo.sousa@digal.pt

Nome: Manuel Palma Fernandes Godinho Cabral

Contactos: Telemóvel – 916 893 220

Telefone Fixo – 219 243 743

e. Mensagem tipo a ser transmitida ao SMPC para comunicação de acidentes

A mensagem da DIGAL a ser transmitida ao SMPC deve ter a seguinte estrutura:

- (1) Tipo de acidente ocorrido / tipo de fenómeno perigoso (libertação de substância perigosa, com identificação e quantidade, incêndio ou explosão numa nuvem, rebentamento de um equipamento, etc);
- (2) Condições meteorológicas, nomeadamente a direcção do vento;
- (3) Número de feridos e a sua gravidade;

(4) Áreas em risco na envolvente do estabelecimento.

f. Actualização das informações sobre o acidente

A DIGAL recolhe todas as informações possíveis que possam ajudar no combate ao sinistro, na protecção do estabelecimento e da envolvente. As informações sobre o desenrolar do acidente são actualizadas junto do SMPC, nomeadamente as indicações sobre as análises de concentrações de inflamabilidade no local e a avaliação das áreas em risco na envolvente do estabelecimento

g. Avaliação das áreas em risco na envolvente do estabelecimento

Os únicos métodos de avaliação que a DIGAL possui são detectores de gás e explosímetros que podem ajudar nas áreas da envolvente do estabelecimento para determinar se estarão em risco. Assim, a DIGAL deve colocar estes meios e os técnicos que os operam à disposição do COS aquando da chegada da equipa de intervenção do CBV de Montelavar.

h. Forma e meio de alerta aos serviços de socorro de primeira intervenção

Em caso de incidente, acidente grave ou catástrofe que ocorra nas instalações do Parque de Armazenamento de GPL da DIGAL, o operador acciona o plano de alarme.

Existem botoneiras devidamente assinaladas no estabelecimento que podem ser accionadas por qualquer pessoa perante uma situação que considere de perigo.

O sinal de alarme consiste num aviso sonoro intermitente e perceptível em todos os locais do estabelecimento e também no exterior.

Nas situações de emergência ocorridas fora do horário normal de trabalho, as pessoas contactadas deslocam-se imediatamente para o estabelecimento. Após a chegada, o operador segue os procedimentos do plano de actuação em situação de emergência ocorrida no horário normal de trabalho. O comando da emergência do PEI será assumido pelo 1º responsável da DIGAL a chegar ao estabelecimento até chegada do Coordenador da Emergência.

(1) Comando e Acções em Emergência

Verificada que esteja a total evacuação das pessoas através da confrontação com a lista de presenças permanentemente actualizada e obtida na portaria, os responsáveis pela actuação em caso de emergência dirigem-se para a Portaria onde fica instalado o Comando da Emergência.

Todo o pessoal sem funções atribuídas na emergência mantém-se no Ponto de Encontro a aguardar instruções dos responsáveis.

Compete ao Coordenador da Emergência, avaliar o impacto e evolução da emergência, e determinar a activação do PEI, identificando o cenário de risco mais provável de se desenvolver e, bem assim, determinar e comunicar aos seus Coordenadores o Plano de Acção Imediato a seguir.

Compete ainda ao Coordenador de Emergência decidir pela necessidade de informação (alerta) e posterior intervenção dos meios externos e, em caso afirmativo, ordenar ao responsável pelos contactos externos (localizado na Portaria) para que o faça, via telefónica, ao CBV de Montelavar e SMPC. O CBV de Montelavar alerta o CBV de São Pedro.

O Coordenador de Emergência, é a pessoa incumbida de comunicar a ocorrência à Administração da DIGAL, receber os meios de socorro externos e fazer o relato da ocorrência, designadamente:

- Origem e características do incidente;
- Substâncias químicas envolvidas, se for caso disso, e respectivas limitações de combate (apresentar fichas de dados de segurança);
- Acções desenvolvidas até ao momento para conter o incidente;
- Desenvolvimento expectável do cenário de acidente;
- Quantificar o estado de feridos, se os houver;
- Meios de combate a incêndio disponíveis e sua localização;

- Tomadas de água.

Caberá ao Coordenador de Tráfego/Evacuação/Salvamento acompanhar as equipas de socorro externo e disponibilizar-lhes todos os recursos disponíveis.

O Coordenador da Operação acompanhado da equipa designada da DIGAL, em permanente comunicação bilateral com o Coordenador da Emergência, inicia as operações de combate ao incidente sendo responsável pela gestão do sistema de água, a utilizar em caso de incêndio, até à chegada do CBV de Montelavar e de São Pedro, coordenando em seguida com estes as acções subsequentes. O chefe da equipa de Montelavar, em princípio o primeiro a chegar ao local da ocorrência, assume a função de COS e o comando das operações de socorro do PEI com a assessoria técnica fornecida pela DIGAL.

O Coordenador de Tráfego/Evacuação/Salvamento, com a equipa da DIGAL designada, mantém o restante pessoal no Ponto de Encontro, e, para além de providenciar os primeiros socorros e a evacuação de feridos, zela pelo descongestionamento dos acessos para facilitar os transportes em emergência.

(2) Retirada de Veículos

A eventual retirada de veículos será feita de acordo com as instruções do Coordenador de Tráfego/Evacuação/Salvamento que indica o local para onde se devem dirigir. É provável que esse local seja, também, a plataforma junto ao lago onde os veículos são imobilizados em espinha, do lado do lago, iniciando o estacionamento junto ao portão de saída para o caminho secundário.

Serão sempre evacuados prioritariamente os camiões cisterna que se encontrem no estabelecimento, que serão estacionados na mesma plataforma, em fila, junto ao muro que confina com a parte operacional do estabelecimento; deverão ser tomadas providências para a presença imediata de pessoal habilitado para a condução dos camiões-cisterna.

Salvaguarda-se, assim, a possibilidade de saída para o exterior dos veículos estacionados sem prejuízo de obstrução do acesso e portão principal do estabelecimento que ficarão reservados para veículos em emergência.

(3) Acesso

Após a retirada do estabelecimento, o Coordenador da Emergência assume o combate ao incidente e inicia todo o processo de comunicações internas e externas e comanda os Coordenadores da Operação e de Tráfego/Evacuação/Salvamento.

Só tem novamente acesso ao estabelecimento, enquanto durar a Emergência, o pessoal com funções designadas de combate à emergência no PEI.

Só o Coordenador da Emergência pode dar autorização de reentrada no estabelecimento ao restante pessoal, logo que considere haver condições para retomar a actividade normal.

(4) CBV e Serviço Municipal de Protecção Civil

Sempre que ocorrer um incidente no estabelecimento em qualquer uma das instalações de armazenagem de GPL da DIGAL, cuja evolução provável seja a de um cenário de um acidente difícil de controlar pelas equipas de internas, o Coordenador de Emergência da DIGAL, alerta de imediato o CBV de Montelavar e o SMPC.

O CBV de Montelavar informa o CBV de São Pedro da ocorrência. Os dois CBV destacam as equipas previstas nível I para o local para apoiarem o PEI.

No primeiro alerta avançam equipas com os seguintes meios:

- 1 Veículo de Comando (VC);
- 2 Veículos Urbanos de Combate a Incêndios (VUCI);
- 2 Veículos Tanques de Grande Capacidade (VTGC);
- 1 Ambulância.

O chefe da primeira equipa do CBV a chegar ao local da ocorrência avalia a situação, e se necessário acciona o segundo alarme. Neste caso o CBV de Sintra envia para o local da emergência os seguintes meios adicionais:

- 1 VUCI;
- 1 VTGC;
- 1 Ambulância.

O COS mantém o COM informado da situação. A avaliação conjunta efectuada pode suscitar a activação do PEED para mobilização de recursos humanos e materiais necessários para apoiar as operações de socorro. Em caso algum podem as operações ser constringidas por hesitações de implementação deste plano, por isso em caso de dúvida, o COM recomenda ao PCMS a convocação da CMPC a quem será apresentada a situação e recomendada a activação do PEED. O COS em coordenação com o COM recebe os meios de apoio necessários à operação, nomeadamente para assegurar a segurança da área do sinistro, implantação de medidas de autoprotecção, evacuação da população que esteja na trajectória de eventuais projecções de calotes dos reservatórios de armazenagem de propano, condução das acções de socorro e salvamento.

- (5) Procedimentos a seguir em qualquer dos cinco cenários previstos
- (a) Activação do Plano de Emergência Interna: Imediata
 - (b) Activação do Plano de Emergência Externo: Por determinação da CMPC de acordo com o desenvolvimento da situação.
 - (c) Medidas urgentes a tomar num raio de risco muito elevado, risco elevado, área de deslocação da nuvem de contaminação, impostas pelo tipo de cenário e desenvolvimento da emergência:
 - Accionar avisos à população para evacuação: imediato;
 - Isolar entradas: imediato;

- Evacuação: Imediata de todos os seres vivos para as áreas de evacuação definidas;
- Intervir em emergência com os meios de socorro necessários.

(d) Medidas a tomar num círculo de risco baixo:

- Accionar avisos: Avisar e instruir a população, que possa vir a ser afectada, para adoptar medidas de autoprotecção e preparar para evacuação;
- Isolar entradas: Imediato;
- Área que vier a ser abrangida pela nuvem poluente: Evacuação até 30 minutos máximo;
- Área restante: Assegurar procedimentos de autoprotecção;
- Acompanhar a situação e instalar os meios de socorro e apoio que forem necessários.

i. Aviso aos estabelecimentos vizinhos

O contacto para aviso imediato aos estabelecimentos vizinhos é efectuado pela DIGAL e pelo SMPC, que, cumulativamente, indicam as medidas de prevenção a implementar, consonantes com o tipo de cenário e natureza do acidente.

Após a chegada da equipa de intervenção do CBV de Montelavar, os futuros avisos são efectuados sob a direcção do COS.

j. Aviso às populações

A decisão dos sistemas de aviso a adoptar, incluindo a redundância dos meios de aviso, tem por base a dimensão do acidente ou catástrofe, a extensão da zona afectada, meios e recursos disponíveis, hora e dia da semana. É imperativo que os sistemas seleccionados sejam os adequados para transmitir instruções à população no sentido de facilitar as operações. Além do uso de sirenes de aviso, instalações sonoras móveis, megafones, estações rádio locais, pode ser solicitado, se a situação o

ditar, apoio ao CODIS para transmissão de instruções e procedimentos de autoprotecção a adoptar através de canais públicos de televisão com tradução gestual.

Os procedimentos de aviso devem estar prontos para serem divulgados e a população deve estar familiarizada com o seu conteúdo para que possa responder pronta e eficazmente à emergência. A sensibilização dos responsáveis pela segurança de estabelecimentos, empresas, instituições circunscritos num raio de 2,2 Km, o treino e a realização de exercícios em colaboração das autoridades e organismos de apoio é essencial para promover a confiança das pessoas no SPC.

As comunidades locais são informadas sobre as zonas potencialmente afectadas, medidas de autoprotecção a adoptar nas habitações, acatamento das instruções, itinerários de evacuação, locais de abrigo onde se devem dirigir e o que devem levar consigo, outras medidas de protecção da sua segurança pessoal e dos seus bens.

k. Apoio às medidas de mitigação tomadas no exterior do estabelecimento

De acordo com as capacidades humanas e técnicas existentes, a DIGAL apoia o COS, de modo a mitigar o impacto de um eventual acidente no exterior do estabelecimento.

(1) Meios humanos e materiais que a empresa prevê disponibilizar em apoio do PEE:

- 8 pessoas do âmbito operacional e de apoio;
- 3 equipamentos para detecção de gás;
- 3 equipamentos para detecção de atmosfera explosiva;
- 4 mangueiras de 20 metros;
- Reservas de água da lagoa existente no interior do estabelecimento.